

O BRASIL ESTRAGA OU CONSERVA A LÍNGUA DE CAMÕES?

Luiz Henrique Milani Queriquelli

Tutor Externo: Abraão Cabral

Professora: Patricia Maria Matedi

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (LED 0073) -

31/10/2011

RESUMO

Este trabalho pretende oferecer uma síntese do debate em torno do suposto conservadorismo do português brasileiro (PB) e aventar algumas implicações dessa questão para políticas linguísticas e ensino do português no Brasil. A tese do conservadorismo do PB é bastante propalada entre os pesquisadores que debatem as diferenças entre a língua do Brasil e o português europeu (PE). Em suma, tal tese consiste em afirmar que grande parte das diferenças entre o PE e o PB se deve ao fato de que este último conservou aspectos do português arcaico, enquanto que o PE teria inovado em relação a eles. A primeira parte do trabalho apresenta o debate em torno da questão, discutindo questões epistemológicas subjacentes e analisando fatos fônicos e sintáticos que endossam a tese. Como conclusão, são aventadas possíveis implicações do conservadorismo do PB para a definição de políticas linguísticas no Brasil, para a elaboração de gramáticas prescritivas da norma padrão e para a formação de profissionais (licenciados e bacharéis) em língua portuguesa.

Palavras-chave: Formação do português brasileiro. Conservadorismos do português brasileiro. Formação de professores de língua portuguesa.

1 INTRODUÇÃO

Serafim da Silva Neto, filólogo pioneiro nos estudos de dialetologia no Brasil, em seus escritos, defendeu a tese do conservadorismo ou caráter arcaizante do português que se formou no Brasil. Quando falava em conservadorismo, no entanto, não fazia nenhuma abordagem moral da questão. Pretendia estritamente defender a ideia de que a nossa língua, de modo predominante, **conserva** características do chamado português arcaico (PA) – a língua que chegou à América, formada entre os séculos XIII e XV – enquanto que o português europeu (PE), de modo predominante, ao longo de sua formação, **inova** as características daquela língua.

Seguindo princípios da dialetologia românica tradicional, Silva Neto (1950; 1960) concentrou-se principalmente em aspectos fônicos e lexicais do português. Sua tese foi muito debatida desde então e veio a se tornar um lugar comum entre os que estudam as diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português europeu. O gramático Celso Cunha, por exemplo, em um artigo de 1986, retomou essa questão, acrescentando-lhe fatos sintáticos, além dos fônicos e lexicais que Silva Neto já havia levantado.

Em 1994, William Labov, fundador da linguística variacionista, explicitou um princípio que, até então, era apenas inferível de suas formulações teóricas: o princípio uniformitarista, segundo o qual “o conhecimento dos processos que operaram

no passado [de uma língua] pode ser inferido pela observação dos processos em andamento no presente.” (LABOV, 1994, p. 21). Isso deu novo impulso para os defensores do conservadorismo do PB.

Scherre e Naro (2007), aproveitando-se do novo espaço aberto por Labov, verificaram que certas características típicas do PB já existiam em textos do período arcaico e ainda existem atualmente em Portugal, em regiões rurais onde se encontram variedades sem prestígio, diferentes do PE padrão. Defendendo que os colonizadores portugueses que vieram não falavam a variedade de prestígio, própria da corte portuguesa da época, mas sim variedades marginalizadas que já possuíam o germe das características que vieram a se exacerbar no Brasil, ao longo de sua história, Scherre e Naro (2007) radicalizam a tese do conservadorismo. Rebatendo os que defendem que as diferenças do PB popular para o PE padrão devem-se à ação das línguas indígenas e africanas em nosso território, especialmente entre os séculos XVI e XVII, Scherre e Naro (ibid., p. 157) afirmam:

[...] no Brasil não existem características estruturais novas induzidas pelo contato entre línguas ou pela nativização do português entre os segmentos de falantes de outras línguas e seus descendentes. Praticamente todas as estruturas alegadas como exclusivamente brasileiras têm sua existência confirmada em dialetos rurais ou não padrão de Portugal.

A historiadora Mattos e Silva, apesar dos dados qualiquantitativos apresentados por Scherre e Naro (2007), resiste em aceitar a tese em questão. Para ela, o aspecto fônico é mesmo relevante – a propósito, o próprio Instituto Camões reconhece o conservadorismo brasileiro nesse ponto¹ – porém, de modo geral, considera irrelevante

falar em conservação ou inovação, criticando especialmente aqueles que “avaliam como prestigioso ser conservador o português brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 134).

A propósito da crítica de Mattos e Silva, admito que não há necessariamente nenhum motivo de orgulho em conservar características arcaicas da nossa língua. Entretanto, desde Silva Neto (1960) até Scherre e Naro (2007), todos os que defenderam com rigor científico a tese do conservadorismo do PB explicitaram que falar em conservadorismo não tem nada a ver com prestígio ou desprestígio da variedade popular falada no Brasil. Tais pesquisadores só lançaram mão dessa dicotomia (conservação/inovação) porque entenderam que ela era conveniente para explicar por que o PB é diferente do PE. Quando Scherre e Naro (2007, p. 155) chamam a atenção para “a mudança de ritmo que lá [em Portugal] se processou a partir de meados do século XVIII e que faz com que o português europeu não seja mais sentido auditivamente como uma língua românica”, estão sugerindo, entre outras coisas, que o PB conservou sua latinidade mais do que o PE, e isso tem implicações relevantes. Em outras palavras, saber que uma língua é mais conservadora que outra ajuda a elucidar uma série de questões.

Além disso, acredito que a questão pode ser vista por um ângulo ligeiramente diferente. Os portugueses frequentemente sugerem que nós desvirtuamos “a língua deles”. Carentes de autoestima e independência linguística, muitos brasileiros aceitam passivamente essa crítica e debatem-se entre si para ver quem aplica melhor as regras da gramática portuguesa. Entretanto, sabendo que nossa língua é conservadora em relação ao PA, isto é, sabendo que, a partir do século XV,

¹ “[...] a língua que os portugueses falavam no século 16, no início da colonização, tinha um sistema de vogais menos reduzido do que a norma actual do Português Europeu, era mais próxima da norma brasileira. Este é um dos vários casos que se poderiam apresentar como exemplo de um aspecto mais conservador na variedade brasileira do que na portuguesa, ainda que muitas vezes esta última variedade seja considerada mais correcta.” (INSTITUTO CAMÕES, 2006).

essa língua se desenvolveu de uma maneira do lado de cá do Atlântico e de outra do lado de lá, e que nós conservamos muitos aspectos que chegaram aqui enquanto que lá muitos desses aspectos foram modificados, podemos enxergar e entender nossa língua de outra maneira, assumindo muitos aspectos conservadores que, na atual norma europeia, são considerados errados. Ou seja, entender essa questão pode nos conceder justificativas para diversos pontos polêmicos da nossa gramática, e isso tem implicações diversas, sobretudo para a educação.

Em seguida, detalharei alguns dos principais aspectos supostamente conservadores do PB em relação ao PE. Deixarei de lado, entretanto, os conservadorismos lexicais, que, embora sejam significativos, são estruturalmente menos relevantes do que os aspectos fônicos e os sintáticos.

2 ASPECTOS FÔNICOS

Destacarei aqui três características fônicas do PB que têm sido usadas para afirmar seu conservadorismo. São elas: a manutenção das vogais átonas; a manutenção dos ditongos /ej/ e /ej̃/; e o não desenvolvimento da oposição entre /a/ e /e/ para dissolver a neutralização entre presente e pretérito perfeito do indicativo na 3ª do plural.

2.1 VOGAIS ÁTONAS

Do século XVIII em diante, o PE sofreu uma redução das vogais átonas, tanto das pretônicas quanto das postônicas (TEYSSIER, 1997). Atualmente, em Portugal, existem as vogais postônicas não finais /i/, /e/ (realizado como [ɛ] ou [ə]), /a/ (realizado como [ɐ]), /o/ (realizado como [u] ou [ɔ]) e /u/. As formas [ə] e [ɐ] são reduções postônicas não finais que o PB desconhece, consideradas inovações do PE.

Em posição final, observa-se também a

redução de /e/, /a/ e /o/ para, respectivamente, [ə], [ɐ] e [u]. Em posição pretônica, observam-se as seguintes vogais: /i/, /e/ (realizado como [ɛ] ou [ə]), /a/ (realizado como [ɐ]), /o/ (realizado como [o], [ɔ] ou [u]) e /u/. Segundo Gonçalves e Basso (2010), no PE, justamente devido a essa evolução de seu sistema vocálico, há ainda diferenças entre “pregar”, fixar com pregos, que se pronuncia [prə'gar], e cuja origem remonta ao vocábulo latino *plicāre*, e “pregar”, dar um sermão, que se pronuncia [pre'gar], e cuja origem remonta ao vocábulo latino *praedicāre*.

É principalmente essa redução das vogais do PE que dá a impressão aos ouvidos brasileiros de que eles “comem as sílabas” ou “falam mais rápido”. O enfraquecimento das vogais átonas deu mais saliência às vogais tônicas, fazendo com o português europeu tenha sua prosódia particular. (GONÇALVES; BASSO, 2010, p. 110).

Esse é um dos pontos centrais da tese do conservadorismo do PB, pois há fortes indícios de que o PA, como o PB ainda o faz, não reduzia as vogais átonas. Fernão de Oliveira, primeiro gramático da língua portuguesa, diz, em 1536, que os portugueses falavam como homens assentados e com grande repouso. Confirmando Fernão de Oliveira, Celso Cunha (1986, p. 204), embora questione a tese do conservadorismo do PB em certos aspectos, afirma que os portugueses arcaicos falavam “com fundamento no exame perfunctório da métrica do tempo”.

O trabalho de Yeda Pessoa de Castro (2001) tenta atacar esse ponto, alegando que – da mesma forma que se pode explicar a não redução das vogais do PB dizendo que ele conservou essa característica do PA – também é possível dizer que isso aconteceu por conta da influência das línguas africanas que vieram ao Brasil. A maior parte das línguas que os escravos trouxeram consigo da África para o Brasil pertencia à família Banto ou à família Kwá. A estrutura silábica das línguas dessas famílias tendia predominantemente ao padrão universal CV

(consoante-vogal). Segundo a autora, não havia vogais alteadas e centralizadas nessas línguas – como veio a haver no PE. Portanto, ela defende que o fato de o PB resistir à redução das vogais deve ser creditado à influência que recebeu das línguas africanas, e não a uma suposta tendência a conservar características arcaicas.

Seja ele conservador ou africanizado, o fato é que o PA e o PB apresentam essa mesma característica fonético-fonológica, e o PE já a transformou.

2.2 DITONGOS /ej/ E /eĩ/

Ainda com relação às vogais, no século XIX, inovações fonéticas nas faixas portuguesas onde não havia o monotongo levaram o ditongo /ej/ a se transformar em /aj/ e o ditongo /eĩ/ a se transformar em /aĩ/. Assim, tornou-se possível aos lusitanos rimar bem com mãe; e pronunciase “peito” como [ˈpejtu]. Isso não acontece no PB, que conserva a pronúncia arcaica.

Barreto (2008, p. 57) observa que no poema “O menino da sua mãe”, de Fernando Pessoa, “pode-se observar uma rima perfeita entre ‘tem’ e ‘mãe’. Tal alteração fonética, contudo, nunca foi copiada por brasileiros em sua fala, quer formal ou informal”.

2.3 OPOSIÇÃO ENTRE /a/ E /ɐ/

No paradigma tradicional da língua portuguesa, no plano morfológico, ocorre neutralização entre as formas da 1ª pessoa do plural do presente e do pretérito perfeito do indicativo. No plano fonético-fonológico, o PE desenvolveu uma oposição entre /a/ e /ɐ/ a fim de dissolver essa neutralização. Assim, tornou-se possível marcar a distinção entre pescamos, por exemplo, no presente (a vogal tônica é [ɐ]) e pescámos no pretérito perfeito (a vogal tônica é [a]).

Gonçalves e Basso (2010), em Portugal, observam que essa distinção já havia sido notada por João de Barros

em 1540, embora ainda não estivesse consolidada. “Parece que só a partir do século XVII para o XVIII essas mudanças fônicas começam a ocorrer efetivamente no português europeu.” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 135). O que se pode supor, a partir disso, é que, em certas variedades do PA, essa mudança não havia se manifestado; talvez, foram essas as variedades que predominaram na formação do PB, e, assim, tal neutralização foi conservada mesmo no plano fonético-fonológico.

3 ASPECTOS SINTÁTICOS

O plano sintático revela algumas das diferenças mais intrigantes entre o PE e o PB. A seguir, menciono cinco aspectos de sintaxe que têm sido ou podem ser considerados conservadorismos do PB. São eles: a próclise do pronome átono; a variação da concordância; o uso do artigo diante de possessivo adjetivado; a perífrase formada por estar, andar, viver etc. + gerúndio; e a rejeição ao objeto direto preposicionado.

Antes de entrar em detalhes, no entanto, julgo pertinente observar que, *grosso modo*, em termos sintáticos, o PB difere-se do PE porque admite diferentes tipos de variações, enquanto que o PE padrão é categórico nos usos. O que tem sido demonstrado, combinando estudos dialetológicos portugueses e brasileiros, e estudos filológicos, é que o PA era flexível e permitia as mesmas variações que permitem hoje o PB e certas variedades não padrão do PE. A variação da concordância, por exemplo, nas palavras de Scherre e Naro (2007, p. 155), “representa uma deriva latente, de longo prazo, documentada até mesmo antes da fase clássica do latim e das línguas europeias que o precederam”. Portanto, nessa perspectiva, manter tais possibilidades de variação, manter tal flexibilidade, significa ser conservador, ao passo que a variedade padrão de além-mar inovou-se, enrijecendo sua sintaxe e tornando, assim, categóricos certos usos.

3.1 PRÓCLISE DO PRONOME ÁTONO

A próclise do pronome átono é bastante corrente no PB, até mesmo em enunciados em que, categoricamente no PE, a ênclise é exigida. Essa questão é muito debatida desde o século XIX e, atualmente, é rotulada de “posição dos clíticos”. Mattos e Silva (2004), embora não se declare favorável à tese do conservadorismo, reconhece que o plano sintático apresenta de fato muitos traços aparentemente conservadores. Segundo ela, “no século XVI, os clíticos se tornaram mais proclíticos na documentação quinhentista que na arcaica e, no correr da história do português europeu, a ênclise voltaria a ser privilegiada” (ibid., p. 136). Considerando que, justamente nessa época em que a língua se tornou proclítica, o Brasil recebeu um grande influxo de colonizadores, tal tendência trazida pode ter se perpetuado aqui, enquanto que lá foi dirimida – ao menos na variedade padrão.

A tendência proclítica, porém, já se fazia presente de modo significante desde o início do período arcaico. Eidelwein (2010) analisou uma série de textos desse período, entre eles, crônicas de Roi Fernández de Santiago e Fernão Lopes, poemas de Afonso Sanches, Joan Soares Coelho, Lopo Lias e João Garcia de Guilhade, uma cantiga de Dom Dinis, um relato chamado “A Notícia do Torto” e um documento oficial chamado “Carta dos Juízes de Abrantes”. A partir de sua análise, o autor constatou o seguinte:

[...] a próclise é utilizada em muitas situações em que hoje, a ênclise seria utilizada em Portugal, incluindo em posição inicial de oração. Se constata, por conseguinte, a flexibilização das colocações pronominais mesmo nesse período que foi, segundo Teyssier, o período de fixação da ênclise em Portugal. (ibid., p. 30).

Essa constatação reforça a tese, antes exposta, de que o PA era flexível em muitos aspectos sintáticos assim como o PB ainda o é. Resumindo a linha argumentativa, posso

sugerir o seguinte: a posição dos clíticos era variável no PA; no início do período arcaico, predominava a ênclise, porém na passagem para o período moderno houve uma emergência da próclise; o PE dirimiu a tendência proclítica e normatizou a ênclise, enquanto que o PB conservou a flexibilidade clítica do PA, salientando a tendência proclítica trazida no século XVI ao Brasil.

3.2. VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA

Joseph Huber, filólogo alemão autor de *Altportugiesisches Elementarbuch* (Gramática do Português Antigo), publicada originalmente em 1933, notou alguns casos correntes no PA em que ocorria variação de concordância entre sujeito e predicado. Huber (1986, p. 152-154) faz os seguintes comentários a cada um desses casos.

443. *ne~hu~a cousa* (‘nada’) é tratado como masculino: *Nom lhes foi reveledo ne~hu~a* (Euf. 362). *Nom foi a nos demonstrado ne~hu~a cousa* (Euf. 362). Também *gentes* se liga por vezes, no sentido de *homens*, a um predicado masculino: *Muytas hi há de gentes... que som avyados a perdiçõn* (TA. 50).

444. Quando de dois sujeitos um é masculino e o outro feminino, o predicado encontra-se na forma masculina: *A alma e o corpo ... foram ajuntados em hu~u* (Corte imperial, p. 215 segundo Dias, *Syntaxe*, p. 16). *As suas mãaos e os seus braços eram muy delleitosos pera veer* (da Corte imperial em TA. 61).

445. Quando de dois sujeitos um está na 1.^a pessoa e o outro na 2.^a ou 3.^a pessoa do sing., o respectivo predicado encontra-se na 1.^a pessoa do plural: *Padeçemos vós e eu* (CG. III, 75). *Si eu e a raina formos mortos, ...* (1214).

446. Por vezes, apesar de existirem dois sujeitos, o predicado encontra-se no singular: *E per esta guisa morreo o lobo e a rraposa* (Fab. 32). Isto verifica-se especialmente quando os sujeitos são sinônimos: *A emjuria e vergonça nom he d’aquell que a rrebe, mays He d’aquelle que a faz* (Fab. 18). *Muyta foi a alegria e folgança* (TA. 95).

Note-se em ambos os casos a omissão do artigo definido no segundo sujeito.

Nota: Para *hi ha* ou *i á* (= fr. *il y a*) pode aparecer um sujeito no singular ou no plural: *outros i á; muytas hi ha de gentes*, cf. § 443.

447. Quando o sujeito apresenta uma forma de singular, mas tem significação de plural, o predicado encontra-se no plural: *E logo ... se ajuntarom deante Santo Antonio tamanha multidom de pexes grandes e pequenos (Milagres de Sto. Antonio 1). – toda a cristãidade que está e~ grã coyta* (Nunes 49).

É interessante o seguinte exemplo pelo fato de o predicado para o mesmo sujeito (*gente*) aparecer uma vez no singular e outra no plural: *Toda gente te lança de ssy com nojo de que de ty han* (Fab. 23); cf. Leite de Vasconcellos, *O livro de Esopo*, 1906, pág. 111.

448. Mais raro é encontrar-se o predicado no singular quando o sujeito vem no plural: *E hi morreo grandes gentes* (Nunes 52). Contudo isto parece apenas verificar-se quando o predicado antecede o sujeito.

Os casos relatados nos parágrafos 444 e 445 são previstos mesmo nas gramáticas europeias e, embora tenham causado estranheza a Huber, são irrelevantes no momento. Entretanto, os casos expostos nos parágrafos 443, 446, 447 e 448 são variações de concordância perfeitamente normais no atual PB, aparentemente não usuais no PE padrão.

Scherre e Naro (2007) trazem outros exemplos de variação de concordância no PA:

- (1) *mas DAVA* (3ª sg.) *lhe gram torva as portas çarradas* Vida e Feitos de Júlio César, p. 224, cxxxix
- (2) *a todos aqueles que se fazem* (3ª pl.) *afora da carreira do pecado e TORNA* (3ª sg.) *a direita carreira* A Demanda do Santo Graal, xxi, 160, p. 223
- (3) *Entom os parentes OUVÉ* (3ª sg.) *conselho e confessaron* (3ª pl.) Os Diálogos de São Gregório, 1.24.23 (35)
- (4) *Aqueles que, da gente d'Alexandria,*

REINOU (3ª sg.) *no Egipto*. Vida e Feitos de Júlio César, p. 554, 1.12

Para reforçar a tese de que PB herdou do PA essa flexibilidade na concordância, os autores mostram que “as restrições variáveis que controlam os contextos em que a variação ocorria na escrita anterior a meados do século XVI são as mesmas válidas hoje em dia no português falado do Brasil para todas as restrições suscetíveis de testes empíricos nos dados reais antigos.” (SCHERRE; NARO, 2007, p. 153). Tal constatação parece ser uma evidência bastante favorável à tese do conservadorismo.

3.3 USO DO ARTIGO DIANTE DE POSSESSIVO ADJETIVADO

Desde o século XIX, o uso do artigo diante de possessivo é categórico e generalizado no PE, enquanto que no Brasil esse uso é variável. Costa (1999) verifica que, no PA, esse uso também era variável desde o século XIV, pelo menos. Portanto, como admite Mattos e Silva (2004, p. 136) “se se pensar em conservadorismo, o português brasileiro manteve o uso histórico variável”.

Said Ali (1964) tentou contestar esse argumento recorrendo à obra de Alexandre Herculano. O emprego categórico do artigo diante de possessivo teria se generalizado em Portugal a partir do século XIX, porém esse gramático procura mostrar que, em pleno século XIX, a lírica de Herculano apresentava 29% da construção artigo + possessivo. A partir desse dado, argumenta que tal variação não é um conservadorismo do PB em relação ao PA, mas um fato da língua portuguesa presente tanto na Europa quanto na América.

A questão, porém, traz à tona um ponto bastante polêmico no que se refere ao tratamento diacrônico de línguas: o recurso à língua literária quando se quer tratar da língua natural, a língua falada. É consenso que a língua literária – especialmente a poesia, cuja sintaxe está muitas vezes submissa à métrica

– não serve de parâmetro para verificar o estado de uma língua em determinado tempo. Isso, de certa forma, invalidaria o argumento de Said Ali. Obviamente, a mesma crítica poderia ser feita aos que recorrem a textos escritos para resgatar o PA. Nesse caso, entretanto, há algumas diferenças consideráveis. Em primeiro lugar, antes da invenção da prensa, no século XV, que uniformizou sobremaneira a escrita e alargou a distância entre a língua escrita e a língua falada, as pessoas escreviam de modo a transcrever sua própria fala. Em segundo lugar, a poesia medieval mantinha laços muito mais estreitos com a tradição oral do que a poesia romântica. E, em terceiro lugar, como advogam Scherre e Naro (2007, p. 145):

[...] faz-se necessário levar em conta que, pelo menos até meados do século XVI, a norma codificada não estava tão bem estabelecida em Portugal como no período seguinte, às vezes considerado clássico. Por essa razão, podemos tentar surpreender indícios de variações populares ou dialetais nos documentos escritos anteriores ao período clássico.

Por esses motivos, parece razoável afirmar que textos escritos do período arcaico são válidos para “surpreender indícios de variações dialetais”, nas palavras de Scherre e Naro, conquanto a lírica de Herculano não seja uma fonte confiável para atestar a permanência dessa flexibilidade no uso do artigo no PE do século XIX. Por conseguinte, fico com a posição de autores como Paul Teyssier (1997, p. 84), segundo a qual “O Brasil conserva a possibilidade de empregar os possessivos sem artigo em casos em que Portugal já não o faz; ex.: meu carro.”

3.4 PERÍFRASE FORMADA POR ESTAR + GERÚNDIO

Como admitem Cunha (1986) e Paiva Boléo (1974), a construção *estar (andar etc.) + gerúndio*, preferida no Brasil, é a mais antiga no idioma e ainda tem vitalidade em dialetos centro-meridionais de Portugal

(principalmente no Alentejo e no Algarve), nos Açores e nos países africanos de língua oficial portuguesa. “Os escritores portugueses e brasileiros contemporâneos preferem, obviamente, a construção predominante em seus respectivos países, mas servem-se supletivamente da outra” (CUNHA, 1986, p. 221).

Mattos e Silva (2004), que questiona também esse ponto, lembra que esse fato sintático foi estudado pelo filólogo sueco Bertil Maler, em 1972, que analisou textos poéticos e teatrais do século XVI e verificou que essa variação já acontecia então. Para a autora, isso muda um pouco a questão: se ambas as perífrases eram possíveis no PA, alguma delas era mais regular? Qual surgiu primeiro?

Respondendo – não de modo definitivo – a esses questionamentos, cabe observar que, além de Cunha, Boléo e outros especialistas insistem em afirmar que *estar + gerúndio* é a construção mais antiga, é significativo o fato de Huber (1986), em sua *Gramática do Português Antigo* (baseada em textos que vão desde os primórdios do PA, no século XII, até o século XV), não ter feito nenhuma menção à construção *estar + a + infinito* (típica do PE) e, por outro lado, ter dado destaque à perífrase que utiliza o gerúndio, atestando sua normalidade.

367. *andar, ir, ser* ou *ficar + gerúndio* usam-se muitas vezes para formar a linguagem perífrástica do verbo simples: a) *Paununcio andava catando alguãu home~ santo (Euf. 357). Sempre andou buscando os hermos (TA. 64). Seu abade Sam Be~ento ho amoestou muytas vegadas que nõ andasse vaguejando pelo mundo (TA. 45). A aguia, andando buscando caça pera seus filhos, achou os filhos da raposa (Fab. 13).*

b) *Pela ribeira do rio cantando ía la dona-*virgo* (CV. 767). Foi correndo ao abade (Euf. 365). Eu mui passo fui-mi achegando (CV. 454). Foi (fui) poderia também ser pret. perf. definido de *seer 'ser'*, cf. § 401, 5.*

c) *Seve chorando CD. 1660. Seve jurando CD. 1661. Quanto a seve, cf. §*

404, 2.

d) *Per esta guisa o leom ficou chorando* (Fab. 16).

368. *estar* + gerúndio designa uma acção que está precisamente a decorrer num certo momento e ainda não terminou; por exemplo: *Está a aquella freesta fallando com Dom Galvam (Graal 1)*. – *Ela s'estava queixando (CD. 448)*. – *estar comendo (Fab. 12)*. (HUBER, 1986, p. 211).

Esses fatos sugerem que, se a perífrase com o gerúndio não é a forma mais antiga, foi ao menos a forma mais regular no PA. Consequentemente, faz sentido afirmar que o PB é mais conservador por ter mantido essa construção, enquanto que o PE fez emergir a perífrase com o infinitivo preposicionado.

3.5 OBJETO DIRETO PREPOSICIONADO

Gonçalves e Basso (2010) observam que os sessenta anos em que Portugal esteve sob domínio espanhol (de 1580 a 1640) se fizeram sentir na língua de diversas maneiras, pois nesse período o espanhol se tornou uma língua de prestígio em Portugal. Do ponto de vista estrutural, os autores citam o objeto direto preposicionado (típico da língua espanhola), que foi incorporado ao português. Ex.:

- *Amar a Deus*, ao invés de *Amar Deus* (típica tradução do primeiro mandamento bíblico).
- Não a ti, Cristo, odeio ou te não quero (Fernando Pessoa, “Odes de Ricardo Reis”, ode homônima).
- Rubião [...] esqueceu a sala, a mulher e a si (Machado de Assis, “Quincas Borba”, Cap. CXLI).
- Não amo a ninguém, Pedro (Cyro dos Anjos, “Montanha”).

Essa construção, que é aparentemente comum no PE falado, parece nunca ter vingado no PB de fato, exceto em alguns usos literários, como no exemplo de Machado de Assis, exposto acima. Esta, porém, é apenas uma hipótese, sem nenhum fundamento

empírico que lhe dê suporte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após relacionar esses fatos fônicos e sintáticos com algum detalhe, reitero que, embora não haja necessariamente nenhum motivo de orgulho em conservar características arcaicas da nossa língua, o conservadorismo do PB pode ser, sim, explorado de diferentes maneiras. Acredito, por exemplo, que este seja um aspecto a ser considerado por formuladores de políticas linguísticas ou por linguistas prescritivos. Como se não bastassem os motivos pragmáticos – isto é, “nós falamos assim, é assim que nossa língua funciona, e isso é suficiente para que esses fenômenos sejam inclusos na nossa norma padrão” – o argumento do conservadorismo pode ter um peso maior sobre aqueles que atribuem certas diferenças entre o PB e o PE à ignorância dos brasileiros às normas da gramática portuguesa que sempre nos foi imposta. Os aspectos sintáticos abordados são flagrantes nesse sentido.

Indo mais além, atento para o papel do latim e da filologia clássica em cursos de Letras-Português no Brasil, acreditando que a consciência do conservadorismo do PB pode ter implicações muito positivas nesse âmbito. Se o PB guarda uma série de aspectos presentes no PA, e se o PA é o primeiro estágio da língua imediatamente após o latim vulgar na península ibérica, então o PB estaria mais próximo do latim do que o próprio PE, que hoje em dia já não é mais sequer “sentido auditivamente como uma língua românica” (SCHERRE; NARO, 2007, p. 155). Nesse sentido, o recurso à filologia clássica latina faria ainda mais sentido no Brasil. Haja vista que o ensino dessa língua em nosso país encontra-se em crise, a ponto de poder ser abolido legalmente dos currículos, a questão do conservadorismo pode ser um bom caminho a se enviesar.

REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Marcus Vinicius Knupp. **Contribuições da língua portuguesa e das línguas africanas quicongo e bini para a constituição do crioulo são-tomense**. 2008. 125 f. Dissertação de Mestrado. (Filologia e Língua Portuguesa) - USP, São Paulo, 2009.
- COSTA, Iraneide Santos. **Uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa: período arcaico**. 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- CUNHA, Celso. Conservação e Inovação no Português do Brasil. In: **O eixo e a roda**. Revista de Literatura Brasileira, vol. 5. Belo Horizonte, UFMG, nov. de 1986.
- EIDELWEIN, Mathias. **A próclise dos pronomes oblíquos átonos em posição inicial: uma perspectiva linguístico-histórica**. 2010. 62 f. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- GONÇALVES, Rodrigo Tadeu; BASSO, Renato Miguel. **História da Língua**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- HUBER, Joseph. **Gramática do Português Antigo**. Trad. port. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Gulbenkian, 1986.
- INSTITUTO CAMÕES. Variação e Norma em Português. **A Pronúncia do Português Europeu**. Lisboa: Instituto Camões de Portugal, 2006. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/aprender-portugues/a-falar/pronuncia-do-portugues-europeu.html>>. Acesso em: 31 out. 2011.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change**. Volume 1: Internal factors (Language in Society 20). Oxford: Blackwell, 1994.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
- PAIVA BOLÉO, M. **Estudos de linguística portuguesa e românica**. Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1974.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- SILVA NETO, Serafim da Silva. **A língua portuguesa no Brasil**. Problemas. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.
- SILVA NETO, Serafim da Silva. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1950.
- TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

